



## Congresso recebe hoje proposta de plebiscito

Consulta à população sobre reforma política, incluindo pontos como sistema eleitoral e financiamento de campanhas, não é consenso entre os senadores, que ontem debateram proposta a ser encaminhada pela presidente Dilma Rousseff

**A**núncio do envio da mensagem foi feito pela presidente em intervalo de reunião com 37 ministros e os líderes do governo no Legislativo, entre eles os senadores Eduardo Braga e José Pimentel.

Dilma declarou que a formulação das perguntas que deverão constar do plebiscito ficará por conta do Tribunal Superior Eleitoral e do Congresso e a este último caberá a convocação oficial da consulta. Segundo ela, o

governo enviará apenas linhas gerais sobre a proposta. Senadores como Francisco Dornelles e Alvaro Dias criticaram a ideia, que recebeu apoio de outros parlamentares, entre eles Vanessa Grazziotin. **3**

**Juízes rejeitam idade maior na aposentadoria compulsória 7**

**Especialistas: uso de recursos sul-americanos exige união 8**

Lio de Paula/Agência Senado



### Comunicação pública deve dialogar com as ruas

Na reunião de ontem do Conselho de Comunicação Social do Congresso, o vice-presidente do órgão, Fernando Cesar Mesquita,

sugeriu que veículos do Executivo e do Legislativo busquem uma linguagem clara e direta para se comunicar com os jovens. **2**

Ana Fleck, do Conselho Curador da EBC, fala ao lado de Fernando Cesar Mesquita, dom Orani Tempesta e Nelson Breve, presidente da instituição

### Projeto limita reconduções em entidades esportivas 6

### Dívida pública é o tema da nova *Em Discussão!*, lançada hoje 2

### Estilo de vida atual precisa de 1,5 planeta para se manter

Cálculo é da ONG WWF, que considera hábitos de consumo para definir o que chama de “pegada ecológica”. Entidade destaca que o crescimento sustentável depende de governos e dos cidadãos. **4 e 5**

especial  
**Cidadania**



Fronteira entre o Cerrado e plantação de soja, em Ribeiro Gonçalves (PI): áreas de floresta e de cultivo entram no cálculo da WWF

Adriano Gombini/WWF-Brasil

Genildo Menezes/Agência Senado



### Renascimento africano é debatido no Senado

Audiência na Comissão de Direitos Humanos reuniu representantes de estudantes universitários africanos no Brasil, que propuseram oferecer uma visão sobre o atual quadro de grande desenvolvimento dos países do continente. A crescente atuação de países asiáticos na África foi apontada como motivo para o Brasil rever as estratégias de intercâmbio. **8**

Paulo Paim posa com estudantes após audiência pública em comemoração ao Mês da África, com o tema “O renascimento africano: olhar da juventude africana”.

Pedro França/Agência Senado



Fernando Cesar Mesquita e dom Orani Tempesta coordenam as discussões no Conselho de Comunicação Social

## Conselho discute comunicação pública mais ligada a jovens

Vice-presidente de órgão consultivo do Congresso Nacional sugere que veículos públicos busquem uma linguagem que seja compreendida e aceita pela juventude sem parecer propaganda

OS VEÍCULOS PÚBLICOS ligados aos Poderes Executivo e Legislativo devem dialogar para melhorar a comunicação com os jovens. A sugestão foi feita ontem pelo vice-presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso, Fernando Cesar Mesquita.

Sobre as manifestações populares que ocorrem no país desde junho, Mesquita propôs que a Empresa Brasileira de

Comunicação (EBC), o Senado e a Câmara busquem uma linguagem que seja compreendida e aceita pelos jovens, mas ao mesmo tempo não soe como uma “propaganda”.

— Na crise atual, com as manifestações, ficou claro que a comunicação pública é ineficiente, no que diz respeito à aceitação das suas mensagens pelos jovens. A ideia de ter um programa para a juventude

é importante — afirmou o jornalista, ex-diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado (Secs).

O conselheiro Jorge Coutinho, representante da categoria profissional dos artistas no conselho, cobrou a participação de brasileiros comuns, “sobretudo de negros e índios”, na programação da EBC. Ele disse que é preciso abrir espaço para o cidadão comum.

## Texto sobre direito de resposta sai esta semana

O conselheiro Ronaldo Lemos informou que pretende distribuir seu relatório sobre o projeto de lei do direito de resposta até o fim desta semana. O PLS 141/2011, de Roberto Requião (PMDB-PR), trata também da retificação em veículos de comunicação.

Segundo o relator, a proposição “está bastante madura” e as contribuições recebidas até agora são possíveis de serem agregadas ao texto. Lemos também adiantou que as intervenções do conselho são valiosas, mas pontuais, e não devem sugerir alterações profundas no projeto.

Como o Conselho de Comunicação Social tem caráter consultivo, as sugestões não necessariamente serão acolhidas. Aprovado na Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ) em maio, o PLS 141/2011 aguarda inclusão em ordem do dia para votação no Plenário do Senado.



Ronaldo Lemos prepara relatório sobre projeto de lei de Roberto Requião

## EBC defende investimento em sistema digital

A conclusão de um sistema público de transmissão digital foi defendida ontem pelo presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Nelson Breve, em audiência no Conselho de Comunicação Social. Ele disse que a emissora pretende ser referência em comunicação pública nos próximos anos, com a difusão de conteúdos que contribuam para a formação crítica da população.

Ao lado da presidente do Conselho Curador da EBC, Ana Fleck, Breve falou ao conselho



Nelson Breve destaca importância da rede pública nas grandes cidades

sobre o planejamento da emissora no decênio 2012-2022.

Para o presidente da EBC, uma rede pública de comunicação precisa estar presente, no âmbito digital, em todas as cidades do país com mais de 100 mil habitantes. Ele disse que R\$ 404 milhões foram investidos para fortalecer a comunicação pública e “recuperar 60 anos de atraso em relação aos demais canais”.

## Revista *Em Discussão!* analisa dívidas de estados e municípios

A revisão dos contratos de refinanciamento de dívidas de estados e municípios junto à União é o tema da 16ª edição da revista *Em Discussão!*, que será lançada hoje, às 9h45, na

(correção pelo IGP-DI, hoje em mais de 6%, acrescida de juros de 6% a 9%) superam em muito as taxas de juros em vigor, as mais baixas desde o Plano Real.

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O assunto é considerado prioritário pelo presidente da CAE, senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

Ele avalia que os contratos firmados entre os entes federados e a União, entre 1997 e 2001, tornaram-se um estorvo para governadores e prefeitos. Isso porque, hoje, os indexadores dos contratos

Além disso, para honrar pagamentos, estados e municípios comprometem boa parte das receitas, limitando investimentos.

A revista trata do problema em 62 páginas, com avaliações de especialistas reunidos em debate realizado na CAE em março. A situação está detalhada em infografias, que ajudam a compreender o problema. *Em Discussão!* também apresenta propostas em tramitação no Congresso.



Reprodução

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Simples Nacional

14h Projeto que altera o Estatuto das Microempresas para incluir os serviços advocatícios entre aqueles que podem optar pelo Simples Nacional.

#### PRESIDÊNCIA TJDF

10h Abertura do seminário Para Onde a Cidadania Quer Levar o Brasil? Às 11h30, presidente do TJDF, desembargador Dácio Vieira. Às 12h30, almoço com senador Gim. Às 16h, ordem do dia e, às 19h30, reunião da Comitativa Nacional do PMDB.

#### CMA Declarações de bens

8h30 Projeto que estabelece que as declarações de bens exigidas nas prestações de contas ao TCU sejam disponibilizadas mediante acesso aos dados informatizados disponíveis na autoridade tributária.

#### CCT Radiodifusão

9h Projeto que amplia para até um ano o prazo de sigilo do pedido de registro de desenho industrial. Votação de 18 projetos de decreto legislativo sobre funcionamento de emissoras de radiodifusão.

#### CAE Passagens de ônibus

10h Votação de substitutivo a projeto que reduz preço de passagens de ônibus. Lançamento da 16ª edição da revista *Em Discussão!*, sobre refinanciamento de dívidas de estados e municípios.

#### CE Dirigentes esportivos

10h30 Projeto que limita mandatos de dirigentes de entidades esportivas e proposta que determina a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e alunos da educação básica.

#### CÓDIGO PENAL Crimes contra a paz

14h30 A Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro realiza audiência pública sobre crimes contra a paz pública, contra os direitos humanos e de guerra e crimes relativos a estrangeiros.

#### CMO Diretrizes

14h30 Relatório preliminar ao projeto das diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária para 2014. A mesma proposta será analisada pelo colegiado de representantes de líderes partidários.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, reunião da **Comissão de Meio Ambiente**, e, às **10h30**, reunião da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidente Dilma Rousseff se reuniu ontem com ministros e líderes do governo no Congresso e anunciou que o Executivo não fará sugestões de perguntas para o plebiscito

# Proposta de plebiscito chega ao Congresso hoje

A PRESIDENTE DILMA Rousseff enviará ao Congresso Nacional hoje mensagem propondo a realização de um plebiscito sobre a reforma política, informou a Agência Brasil. Dois pontos seriam centrais na consulta popular: financiamento de campanhas e sistema eleitoral.

Dilma realizou ontem reunião com 37 ministros de estado e os líderes do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), e no Congresso, José Pimentel (PT-CE). Antes, a presidente havia recebido o líder do PSOL no Senado, Randolfe Rodrigues (AP).

Na audiência no Palácio do Planalto, Randolfe disse à presidente que apoia a realização de um plebiscito sobre a reforma política se a consulta apresentar questões sobre a



Braga, Pimentel e Randolfe estiveram reunidos com Dilma ontem; Alvaro e Dornelles criticaram proposta de plebiscito

revogação popular de mandatos (recall), voto em lista, fim do financiamento privado de campanhas eleitorais e extinção do foro privilegiado para políticos.

Randolfe disse ainda que defendeu a destinação de 10% do PIB para a educação e a tarifa zero para o transporte público. O senador sugeriu à presidente que as empresas municipais de transporte público usem linhas de crédito do BNDES para viabilizar a tarifa zero. Segundo afirmou Randolfe, a presidente mostrou-se receptiva à ideia.

A presidente interrompeu a reunião ministerial de ontem para falar à imprensa. Ela declarou que a formulação das perguntas do plebiscito ficará por conta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Congresso Nacional — a este último caberá a convocação oficial do plebiscito.

— Não vamos dar sugestões de perguntas. Isso fica entre o Senado, a Câmara e o Tribunal Superior Eleitoral. Está claro, na Constituição, que quem convoca plebiscito é o Congresso Nacional — explicou Dilma.

A presidente afirmou ainda que o Executivo enviará aos congressistas apenas linhas gerais sobre a consulta e que o Congresso poderá alterar a proposta de reforma política enviada pelo Planalto.

Dilma acrescentou que seria oportuno que as eventuais mudanças resultantes do plebiscito valessem já para as eleições de 2014. No entanto, reconheceu que a realização da consulta envolve várias questões práticas no âmbito do TSE, da Câmara dos Deputados e do Senado.

Os senadores Alvaro Dias

(PSDB-PR) e Francisco Dornelles (PP-RJ) também comentaram o tema em entrevista à imprensa ontem.

Para Dornelles, o plebiscito teria de apresentar em torno de 30 questões sobre reforma política à população para ser considerado completo.

— Se restringir a quatro ou cinco quesitos, você está retirando da sociedade o poder de se manifestar sobre a amplitude da reforma — disse o senador.

Alvaro Dias afirmou que o plebiscito “é inconveniente”, pois, na opinião dele, não há tempo hábil nem condições técnicas para a realização da consulta.

Na avaliação do senador, seria mais apropriado o Congresso aprovar uma reforma política este ano e submetê-la a referendo popular nas eleições de 2014.

## Vanessa apoia consulta popular e refuta ideia de golpe

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ontem, em Plenário, disse acreditar que as manifestações populares mostram o esgotamento do atual modelo político. Ela lamentou o fato de alguns jornais classificarem de “golpe” a proposta de um plebiscito para a realização de uma reforma política.

— Onde uma consulta popular é golpe? Existe a necessidade de a classe política se aproximar da população. Existe melhor forma do que dividir com a população essa reforma? — questionou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Cícero: novo sistema eleitoral deve ser debatido no Congresso

Cícero Lucena (PSDB-PB) criticou ontem em Plenário, proposta da presidente Dilma de promover consulta popular para decidir sobre mudanças no sistema político e eleitoral do país. Na avaliação do parlamentar, a população não deveria ser instada a decidir sobre um tema complexo como a reforma política. Para ele, o tema seria debatido com maior profundidade se fosse objeto de audiências públicas no Congresso, nas quais especialistas pudessem oferecer contribuições para o aprimoramento da legislação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Cristovam alerta para potencial manipulação em plebiscito

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu em Plenário ontem que o plebiscito proposto pela presidente Dilma sobre a reforma política contenha as perguntas que o povo quer saber, e não aquelas que a classe política quer que sejam respondidas. O senador afirmou que é “muito fácil” manipular as perguntas para conseguir as respostas que respaldem a reforma de interesse dos políticos.

— Se vamos consultar o povo, vamos consultar com as perguntas que o povo hoje tem — defendeu.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Ivo Cassol critica proposta de plebiscito para reforma política

Ivo Cassol (PP-RO) criticou a proposta de plebiscito para a reforma política. Para ele, o que seria gasto com o plebiscito poderia ser direcionado para investimentos em saúde e educação. O senador também criticou a proposta de lista fechada, em que o eleitor votaria na lista do partido, e não no candidato. Com a lista fechada, argumentou, “quem comanda o partido vai colocar quem ele quer”. Para Cassol, o plebiscito seria mais indicado para consultar a população sobre uma possível redução da maioria penal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Viana analisa fatores de falta de qualidade de vida nas cidades

Jorge Viana (PT-AC) destacou ontem o crescimento da renda, a ascensão social e o incentivo ao consumo de veículos como alguns dos fatores que levaram à insustentabilidade das cidades. Ele lembrou que 84% da população vive amontoadas nas cidades com um transporte público ineficiente e problemas na educação e saúde. Viana assinalou que as manifestações que ocorreram por todo o Brasil não questionam nenhum indivíduo ou partido específico, mas a política como um todo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Blairo Maggi defende o fim da burocracia para “destravar o Brasil”

A melhoria na qualidade de vida passa pelo fim da burocracia, afirmou Blairo Maggi (PR-MT). Para ele, a pauta positiva do Congresso não deveria ocorrer apenas em razão dos protestos, mas se tornar rotina. O senador sugere um “grande movimento” contra a burocracia e citou seminário promovido pelo TCU e o Regime Diferenciado de Contratações.

— É possível destravar o Brasil e fazer com que as coisas andem. O Congresso precisa trabalhar com olhar crítico sobre o que devemos fazer.



Moreira Mariz/Agência Senado

## Jarbas Vasconcelos pede mais rigor no combate à impunidade

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu uma posição firme de combate à impunidade e pediu apoio à PEC 18/2013, de autoria dele, que torna automática a perda de mandato de condenado em última instância por improbidade ou crime contra a administração. — Sua promulgação representará um sinal claro de que o Congresso não comunga com a impunidade.

O senador também defendeu uma ampla reforma política e o fim de coligações nas eleições proporcionais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Projeto sobre corrupção está na pauta da Câmara

O Plenário da Câmara pode votar nesta semana, em regime de urgência, projeto de Pedro Taques (PDT-MT) que torna hediondos delitos contra a administração pública, como corrupção ativa e passiva, concussão, peculato e excesso de exação (quando um servidor público cobra por um serviço que não está autorizado em lei). Se esses crimes se tornarem hediondos, os futuros condenados não terão mais direito a anistia, graça, indulto e liberdade sob pagamento de fiança. A proposta (PLS 204/2011) foi aprovada pelo Senado em junho, dentro da pauta prioritária definida devido a protestos nas ruas.

## Donadon é notificado sobre processo de perda de mandato

O Diário Oficial da União publicou ontem edital de notificação do deputado Natan Donadon (RO) sobre o processo de perda de mandato. Donadon está preso na Penitenciária da Papuda, em Brasília, desde 28 de junho. Ele foi condenado em 2010 pelo Supremo Tribunal Federal a mais de 13 anos de prisão pelo desvio de recursos públicos da Assembleia Legislativa de Rondônia e por formação de quadrilha.

O prazo para defesa na CCJ da Câmara (cinco sessões ordinárias) começa hoje e termina dia 10. Depois, a perda de mandato precisa ser votada também em Plenário.

## Congresso pode arquivar vetos presidenciais amanhã

Presidente do Congresso, Renan Calheiros convocou sessão para amanhã com o objetivo de arquivar uma série de vetos a projetos aprovados. — Vamos declarar prejudicados muitos vetos e combinar os critérios para os demais — disse Renan.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apoiou a iniciativa, afirmando que arquivamento é uma forma de implementar uma “peneira grossa”.

— Depois faremos uma peneira mais fina, para conferir os vetos que podem ser analisados mais rapidamente.

Há cerca de 3 mil dispositivos vetados que aguardam a avaliação do Congresso.

Dados da ONG WWF demonstram que estamos utilizando cerca de 50% a mais do que deveríamos em recursos naturais, ou seja, precisamos de um planeta e meio para sustentar nosso estilo de vida atual, a nossa pegada ecológica. O planeta precisa de 1,5 ano para regenerar os recursos que consumimos e absorver os resíduos de CO<sub>2</sub> que produzimos a cada ano

# Desenvolvimento sustentável é compromisso político e também individual

Juliana Steck

HÁ POUCO MAIS de um ano, o país sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20. Entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, foi discutida por quase 200 países a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. O documento final da conferência apresentou decisões como o princípio do não retrocesso (por meio do qual os acordos já assinados na área ambiental não poderão ser mudados), a colocação do homem como o foco do desenvolvimento sustentável e a inclusão desse entre os objetivos do milênio.

Segundo a WWF, ONG mundial ligada à preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é "o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações".

Na busca de mecanismos para atingir o desenvolvimento sustentável, a WWF desenvolveu a "Pegada Ecológica", uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. Ela busca medir o impacto de um indivíduo, um país ou uma cidade no planeta. É expressa em hectare global — um hectare de produtividade média mundial para terras e águas produtivas em um ano — por pessoa (gha/cap). Já a biocapacidade representa



Se todos na Terra consumissem de forma semelhante aos paulistanos, seriam necessários quase 2,5 planetas para sustentar esse estilo de vida

a capacidade dos ecossistemas em produzir recursos úteis e absorver os resíduos gerados pelo ser humano, ou seja, a capacidade regenerativa da Terra.

A organização concluiu que estamos usando 50% mais recursos do que a Terra é capaz de oferecer e, a não ser que mudemos de rumo, até 2030, nem mesmo dois planetas serão suficientes. Para evitar isso, segundo Michael Becker, superintendente de Conservação da WWF, "as responsabilidades de agir de maneira sustentável cabem tanto ao governo quanto ao setor privado e aos cidadãos. Estamos falando realmente de políticas públicas, ou seja, de não dar a responsabilidade somente ao consumidor", diz.

Atualmente, a média mundial da Pegada Ecológica é de 2,7 gha/cap, enquanto a biocapacidade disponível para cada ser humano é de apenas

1,8 gha/cap. Tal situação coloca a população do planeta em déficit ecológico correspondente a 0,9 gha/cap. É necessário um esforço mundial para reverter essa tendência, fazendo com que passemos a viver dentro da biocapacidade planetária.

A Pegada Ecológica foi

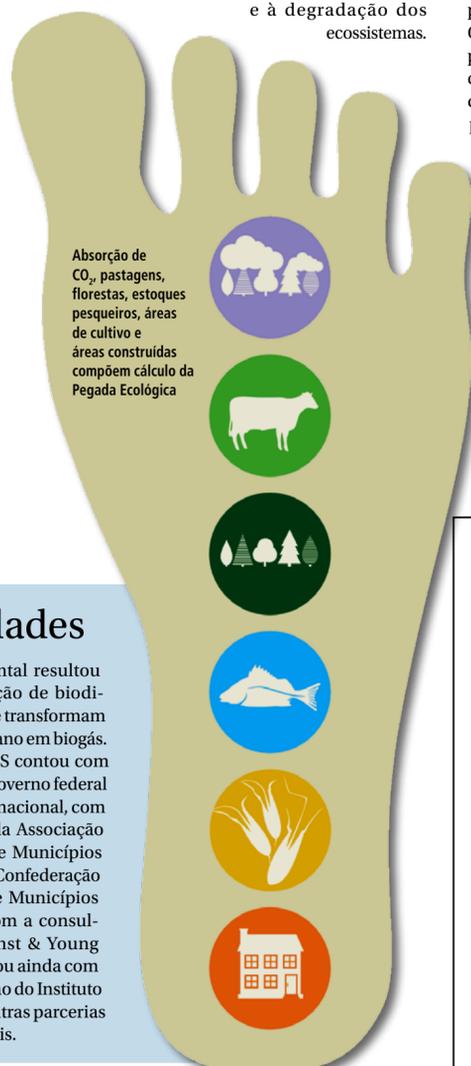
criada por William Rees e Mathis Wackernagel, que procuravam formas de medir a dimensão crescente das marcas que deixamos no planeta. Em 1996, os dois cientistas publicaram o livro *Pegada Ecológica — reduzindo o impacto do ser humano na Terra*, apresentando o conceito,

a partir de estudos dos tipos de territórios produtivos (agrícola, pastagens, oceanos, florestas, áreas construídas), das formas de consumo (alimentação, habitação, energia, bens e serviços, transporte e outros), das tecnologias, dos tamanhos das populações e outros dados.

## Brasil está na média mundial de consumo de recursos naturais

A Pegada Ecológica brasileira é de 2,9 gha/cap, indicando que o consumo médio de recursos ecológicos no país é bem próximo da média mundial. Ainda assim, o Brasil é um dos maiores credores ecológicos do

planeta (veja quadro A *Marca dos Brics*). A pegada do país mostra tendência de aumento pouco acentuada. Mas a biocapacidade brasileira vem sofrendo um forte declínio devido ao empobrecimento dos serviços ecológicos e à degradação dos ecossistemas.



Absorção de CO<sub>2</sub>, pastagens, florestas, estoques pesqueiros, áreas de cultivo e áreas construídas compõem cálculo da Pegada Ecológica

## Encontro buscou propostas para cidades

Este ano, de 23 a 25 de abril, cerca de 3.600 pessoas, sendo 345 prefeitos, reuniram-se em Brasília no 2º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável — desafios dos novos governantes locais (2º EMDS).

Foram definidos como legados do encontro, realizado pela Frente Nacional de Prefeitos: a necessidade de fazer um debate sobre a repactuação de prazos e condições para o fim dos lixões (agosto de 2014), o fortalecimento das discussões sobre mobilidade urbana e metropolitana, o preço das tarifas do transporte

público e provimento e fixação de médicos; a promoção de debate sobre a judicialização e a criminalização da política; e a retomada das discussões sobre a dívida dos municípios com a União e sobre o pagamento de precatórios.

Foram apresentadas experiências bem-sucedidas de valorização da sustentabilidade nos municípios, como as leis para o uso adequado da água em Niterói (RJ), e o caso de Petrópolis (RJ), onde a parceria entre a concessionária Águas do Impedador e uma organização não

governamental resultou na construção de biodigestores que transformam esgoto humano em biogás.

O 2º EMDS contou com o apoio do governo federal e do Sebrae nacional, com a parceria da Associação Brasileira de Municípios (ABM) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e com a consultoria da Ernst & Young Terco. Contou ainda com a colaboração do Instituto Pólis e de outras parcerias institucionais.

## Municípios brasileiros fazem parceria com a WWF

O cálculo da Pegada Ecológica começou a ser realizado também para as cidades brasileiras em 2010, quando a WWF-Brasil estudou os hábitos de consumo da população de Campo Grande. O resultado apontou uma pegada de 3,14 gha/cap. O trabalho foi feito em parceria com a prefeitura da capital de Mato Grosso do Sul, a Global Footprint Network (GFN), a empresa Social Ecosystems e a Universidade Anhangüera. O objetivo foi ter uma ferramenta para ajudar no planejamento e na gestão pública, mobilizar a população para rever os hábitos de consumo e estimular empresas a melhorar suas cadeias produtivas.

Em seguida, em São Paulo, a WWF-Brasil fez parceria com os governos municipal e estadual e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para a realização do estudo para a cidade e o estado de São Paulo. A pesquisa foi lançada em junho de 2012, durante a Rio+20, e revelou que a Pegada Ecológica média do estado é de 3,52 gha/cap e da capital, de 4,38. Se todas as pessoas do planeta consumissem de forma semelhante aos paulistas, seriam necessários quase dois planetas.

A Universidade Federal do Acre também fez uma parceria com a WWF-Brasil e, atualmente, está sendo calculada a Pegada Ecológica de Rio Branco, com mais de 300 mil habitantes.



Sem mudanças no consumo, em 2030 nem mesmo dois planetas serão suficientes para a humanidade

## Relatório detalha situação do planeta

A cada dois anos, a Rede WWF compila dados de todos os continentes e dezenas de países no *Relatório Planeta Vivo*, uma análise baseada na ciência sobre o planeta e o impacto da atividade humana sobre ele.

Para a edição mais recente, de 2012, foi preparado o sumário executivo *A Caminho da Rio+20*, com uma análise da área ambiental 20 anos depois da Conferência Rio 92 (Eco 92).

Foram usados dois indicadores, a pegada Ecológica e o Índice Planeta Vivo (IPV) — que acompanha a evolução de mais de 9 mil populações de 2.688 espécies de vertebrados no período posterior a 1970, registrando alterações na saúde dos ecossistemas do planeta.

Entre as principais conclusões, está a de que as demandas da

humanidade por recursos naturais excedem a capacidade do nosso planeta para nos sustentar. A demanda dobrou desde 1966 e hoje estamos consumindo o equivalente a 1,5 planeta para realizar nossas atividades.

A Pegada Ecológica dos países de renda elevada é cinco vezes maior que a pegada dos países de baixa renda. A biodiversidade encolheu 30% em todo o mundo entre 1970 e 2008, sendo que, nos trópicos, a redução foi de 60%.

Mas há capacidade para criar um futuro que forneça alimentos, água e energia para as 9 bilhões ou 10 bilhões de pessoas que devem compartilhar o planeta em 2050. Isso, segundo a WWF, exige que governos, empresas, comunidades e cidadãos assumam responsabilidades.

De acordo com o *Relatório Planeta Vivo*, os

governos devem assumir o compromisso com a conservação ambiental e adotar ações que garantam a proteção dos ecossistemas, por exemplo, o incentivo à criação e à implementação de áreas protegidas, o combate ao desmatamento, o incentivo ao consumo responsável e o estímulo a boas práticas produtivas.

No que se refere às cidades, é fundamental que elas usem mecanismos de avaliação de impactos, como a Pegada Ecológica, e adotem políticas públicas de mitigação que ajudem a reduzir os impactos e garantam qualidade de vida.

Já os cidadãos precisam repensar o próprio consumo, avaliar até que ponto os hábitos cotidianos estão impactando o meio ambiente e fazer escolhas mais sustentáveis.

## Projetos de sustentabilidade

Diversos projetos que tramitam no Congresso buscam o desenvolvimento sustentável do país

Vários tratam das compras feitas pelos governos federal, estaduais e municipais, buscando estimular práticas sociais responsáveis, prevendo a preferência pela produção com sustentabilidade ambiental. É o caso das propostas que alteram a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) para incluir requisitos ligados à preservação do meio ambiente nas concorrências públicas. Entre eles, estão o PLS 25/2007, do ex-senador Tião Viana, já aprovado no Senado, que tramita agora na Câmara dos Deputados como PL 5.008/2013.

Outro é o PLS 578/2011, de Cícero Lucena (PSDB-PB). O relator na Comissão de Meio Ambiente (CMA), Ivo Cassol (PP-RJ), ressalva que os critérios como sustentabilidade ambiental e justiça social podem ser condições para a admissibilidade de uma proposta em uma licitação, mas não podem determinar a classificação da proposta, "o que poderia entrar em conflito com os objetivos constitucionais de evitar o desperdício de recursos públicos e de garantir tratamento isonômico para as empresas que vendem para o governo".

Outros projetos sobre o tema são o PLS 366/2008, do ex-senador Expedito Júnior, o PLS 224/07, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), e o PLS 5/2011, de Magno Malta (PR-ES).

Há também projetos que tratam do pagamento por serviços ambientais, como o PLS 155/2012, de Rodrigo Rollemberg (PDS-DF), e o PLS 483/2009, do ex-senador Gilberto Goellner.

Alguns dos diversos outros projetos sobre sustentabilidade em tramitação são o PLS 289/2012, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que dispõe sobre a obrigatoriedade de relatório de sustentabilidade para as companhias ou sociedades anônimas; e o PLS 739/2011, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), que determina a elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras de engenharia financiadas, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da administração indireta.

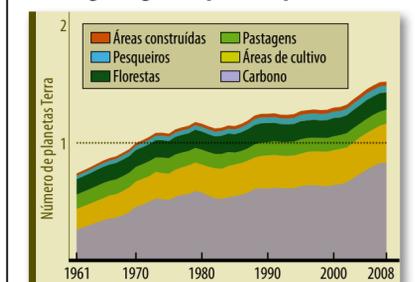
## Práticas que ajudam a diminuir sua Pegada Ecológica

Estilos de vida mais equilibrados são fundamentais ao planeta. Veja link no Saiba Mais para calcular sua pegada ecológica e confira abaixo algumas dicas para diminuir sua marca sobre os recursos naturais

- Consuma alimentos da estação e, se possível, produzidos localmente, preferindo os orgânicos.
- Evite alto consumo diário de carne animal, produtos industrializados e de fast food, com embalagens.
- Faça a coleta seletiva de lixo, evite substituir aparelhos que agregam alta tecnologia desnecessariamente e reduza o consumo de produtos descartáveis.
- Procure adquirir produtos de empresas que estejam envolvidas em programas de responsabilidade socioambiental e com certificação ambiental.
- Ao comprar móveis, verifique se a madeira é certificada com o selo FSC ([www.fsc.org.br](http://www.fsc.org.br)).
- Não compre animais silvestres. Se for adquiri-los, veja se a criação tem certificação do Ibama.
- Adote equipamentos e tecnologias que reduzam o consumo de água e energia, como isolamentos térmicos e aparelhos com o selo Procel.
- Procure identificar vazamentos.
- Desligue aparelhos, inclusive da tomada, quando não estiverem sendo utilizados.
- Evite andar de carro sozinho, busque utilizar bicicletas, transporte coletivo, caronas solidárias. Faça a revisão de seu veículo particular, abasteça-o com combustíveis alternativos e dirija com pneus calibrados.

Fonte: WWF

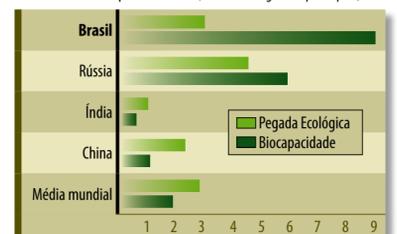
## Pegada global por componente



Fonte: Global Footprint Network, 2010

## A marca do Brics

Comparação da Pegada Ecológica e da Biocapacidade Brasileira com os demais países do Brics (em hectares globais per capita)



Fonte: Results from National Footprint Accounts 2010 edition, GFN

## Saiba mais

Como calcular sua pegada ecológica  
<http://bit.ly/calculadoraPegada>

Relatório Planeta Vivo, elaborado pela WWF para a Rio+20  
<http://bit.ly/PlanetaVivo2012>

Informações sobre o 2º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável  
<http://emds.fnp.org.br>

Temas e agendas para o desenvolvimento sustentável — Coletânea de artigos da Consultoria Legislativa e do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado  
<http://bit.ly/artigosDS>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/jornal](http://www.senado.leg.br/jornal)

# Limite para mandatos em entidades esportivas vai a votação final hoje

Projeto proíbe recondução por mais de um período consecutivo e torna inelegíveis cônjuges e parentes até o segundo grau ou adotados

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) deve votar hoje projeto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que proíbe a recondução, por mais de um período consecutivo, de dirigentes de entidades esportivas. Com voto favorável da relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), a proposta, se aprovada, segue direto para a Câmara, sem necessidade de votação no Plenário do Senado, a não ser que haja recurso para isso.

O projeto (PLS 253/2012) fixa a duração dos mandatos em no máximo quatro anos e determina a inelegibilidade de cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção.

Cássio aponta falha na lei atual porque não são previstos mecanismos para impedir a instalação de “dinastias” que se perpetuam na direção de entidades esportivas.

— A alternância no poder, além de democrática, pode prevenir abusos continuados, assegurando a igualdade entre os candidatos — argumenta.

No final de 2012, em audiência pública da CE, o jornalista esportivo José Cruz assinalou que a maioria das entidades esportivas sobrevive com recursos públicos. Segundo ele, 90% do esporte de alto rendimento é sustentado pelo Estado, o que justifica leis para a limitação de mandatos.



Para Cássio, proposta pode impedir “dinastias” no comando das federações

— São verbas das loterias, verbas do Orçamento, de leis de incentivo. Então ele [o dirigente] é um gestor do bem público, mas se torna um abusado — assinalou, durante o debate do ano passado.

Entre outras propostas, a Comissão de Educação deverá apreciar também o PLS 290/2012, que trata de práticas democráticas de gestão na educação superior e na educação básica.

## Estabelecimentos não poderão alegar isenção de responsabilidade

Está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o projeto que torna crime — com pena de detenção de três meses a um ano, mais multa — afixar aviso que informe a isenção de responsabilidade por dano ocorrido nas dependências de estabelecimento comercial. O projeto (PLS 448/2012), de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), será votado hoje. Se aprovado, segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A autora argumenta que “muitos estabelecimentos comerciais afixam cartazes para se eximirem da responsabilidade por furtos, roubos ou outros danos ocorridos em suas dependências, o que deve ser rigorosamente reprimido”. Conforme observa, a prática visa dissuadir o consumidor de requerer indenização quando ocorre no interior do estabelecimento fato que o comerciante quer desvincular da relação de consumo.

Para reforçar os argumentos

da autora do texto, o relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), cita exemplo de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pela responsabilização de supermercado por dano a cliente em razão de ter escorregado em piso molhado, caracterizando conduta negligente e omissiva por parte do estabelecimento.

Na proposta original, Vanessa inseria a medida proposta no PLS 448/2012 em artigo já existente no Código de Defesa do Consumidor, mas o relator

preferiu criar artigo específico para tratar da matéria.

Também será votado pela CMA o projeto que disciplina o paisagismo de espaços urbanos destinados à circulação de pessoas e recreação, na forma do substitutivo de Randolfe Rodrigues ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 59/2010. A proposta altera a lei que trata das diretrizes da política urbana (Lei 10.257/2001) para incluir, no plano diretor dos municípios, regras sobre arborização de áreas não construídas.

## Divulgação de alertas sobre desastres naturais volta à pauta de comissão

Alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres climáticos e naturais podem passar a ser obrigatoriamente divulgados pelas emissoras de TV e rádio e por operadoras de telefonia celular. É o que prevê texto substitutivo que Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) apresentou ao PLS 490/2009. A matéria deve ser votada, em decisão terminativa, na reunião de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A proposta original, do ex-

-senador Raimundo Colombo, sugeria a criação do Centro de Prevenção de Desastres Climáticos (CPDC). O órgão federal atuaria como centro de informações de utilidade pública para prevenção e alerta da possibilidade de catástrofes climáticas.

Relator da matéria, Rollemberg observa, no entanto, que propor a criação de órgão na esfera do Executivo federal é medida de iniciativa privativa do presidente da República, conforme regra constitucional.

O relator enxergou, no entanto, a possibilidade de aproveitamento, no texto substitutivo, de uma sugestão específica contida no projeto — a colaboração das concessionárias de serviço público de rádio e televisão na divulgação dos alertas de calamidade emitidos pelo proposto Centro de Prevenção de Desastres.

De acordo com o substitutivo, as concessionárias de serviços públicos de radiodifusão sonora, inclusive as comunitárias, e de sons e imagens

ficam obrigadas a colaborar na divulgação de alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres. O relator ainda acrescentou à lista as concessionárias de telefonia celular.



Rollemberg propõe aproveitar parte do projeto, considerado inconstitucional

## Vanessa apoia greve de motoristas em Manaus

A greve dos trabalhadores do transporte coletivo da Viação Global Green, em Manaus, ganhou ontem apoio de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A senadora, no entanto, condenou atos de depredação que ontem resultaram em ônibus queimados.

As principais reivindicações dos grevistas, informou Vanessa, são o depósito do FGTS e da contribuição ao INSS. Ela afirmou que acompanha a luta dos trabalhadores do transporte de Manaus e acrescentou que muitas pessoas apoiam a greve, pedindo mais qualidade.

Paulo Paim (PT-RS) disse torcer para que a manifestação pacífica seja vitoriosa. Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou que o Senado tem sugestões para solucionar o problema.

## Raupp quer aplicação da lei que beneficia pequenas empresas

Valdir Raupp (PMDB-RO) chamou a atenção em Plenário, ontem, para a necessidade de que os estados e municípios implementem dispositivos da Lei Complementar 123/2006, que concede tratamento diferenciado para micros e pequenas empresas em contratações públicas.

De acordo com o parlamentar, a União já cumpre a lei com resultados satisfatórios e elevou as contratações do governo federal com empresas dessa categoria em mais de sete vezes entre 2006 e 2012.

Já os estados e municípios ainda não conseguiram atender as determinações da norma legal, segundo ele, pela falta de edição de leis e demais atos necessários para assegurar o pronto tratamento jurídico diferenciado e simplificado às micros e pequenas empresas.



Moreira Moritz/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Silvío Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Aumento da idade-limite de 70 para 75 anos para juízes prejudica o interesse público, segundo participantes de audiência na Comissão de Constituição e Justiça



Coordenando a audiência, José Pimentel ouve o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra, defender eleição direta nos tribunais

## Magistrados são contra idade maior para aposentadoria compulsória

REPRESENTANTES DE MAGISTRADOS se declararam contrários ao aumento da idade-limite de 70 para 75 anos para juízes no serviço público. Em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), eles argumentaram que a elevação dificultaria a renovação dos quadros e a oxigenação de ideias. Durante a reunião, presidida por José Pimentel (PT-CE), os cinco palestrantes defenderam as regras atuais: aposentadoria compulsória aos 70 anos para servidores.

O vice-presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais da Ordem dos Advogados

do Brasil do Distrito Federal, Afonso Arantes de Paula, disse que 70 anos é uma “idade razoável” para a aposentadoria de juízes. Ele defendeu a manutenção do artigo 40 da Constituição.

O aumento da idade dificultaria a renovação dos tribunais e inibiria a progressão na carreira, na opinião do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra. Ele aproveitou para defender a eleição direta para a presidência dos tribunais, o que, para o dirigente, democratizaria a gestão das cortes.

O presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil

(Ajufe), Nino Toldo, afirmou que, apesar do aumento da expectativa de vida média da população brasileira, a elevação do limite de idade contraria o interesse público por diminuir a renovação dos tribunais, principalmente em cargos superiores. Assim, argumentou, a carreira ficaria mais estagnada do que é atualmente.

— Os juízes jovens terão dificuldade de progresso na carreira, um fenômeno que já vem ocorrendo. É uma carreira com vagas restritas — disse.

Toldo afirmou que a Ajufe é contrária à PEC 21/2012, a qual classificou de casuística.

A proposta, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), prevê a prorrogação da idade de aposentadoria dos presidentes de tribunais para o dia em que findar o mandato deles na presidência.

O presidente da Ajufe também criticou a PEC 3/2013, apresentada por Fernando Collor (PTB-AL). Na opinião de Toldo, essa proposta “é uma aberração” porque, além de elevar o limite da aposentadoria compulsória dos magistrados para 75 anos, também os obriga a trabalhar até os 70, retirando o direito de aposentadoria voluntária antes dessa idade.

### Calandra: “PEC 33 mutila garantias da Constituição”

O presidente da AMB, Nelson Calandra, alertou os senadores sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2011, que prevê a aprovação pelo Congresso de decisões definitivas do STF. Na opinião dele, contrário à proposta, a PEC 33/2011 é “irmã gêmea da PEC 37”. Devido às recentes manifestações por todo o país, a Câmara dos Deputados rejeitou a PEC 37/2011, que restringiria o poder investigativo do Ministério Público e de outros órgãos.

— A PEC 33 é até pior que a PEC 37, pois pretende mutilar poderes e garantias que a Constituição Cidadã outorgou ao Poder Judiciário — disse.

Calandra chamou a atenção ainda para as constantes ameaças físicas e de morte sofridas por juízes em todo o país. Segundo informou, 170 juízes estão ameaçados de morte atualmente, a maioria por decisões que atingem o crime organizado e o narcotráfico.

## Renovação garantiu julgamentos históricos, diz presidente da Anamatra

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Luiz Schmidt, apoiou os palestrantes contrários ao aumento da idade para aposentadoria compulsória de juízes. Ele informou que a maioria dos servidores públicos se aposenta antes dos 70 anos, inclusive no Judiciário. Para ele, a alteração atenderia um público restrito: apenas 15% dos juízes brasileiros foram aposentados compulsoriamente nos últimos anos.

Schmidt afirmou que boa parte dos “julgamentos históricos” do Supremo Tribunal

Federal (STF) na última década não teria acontecido se não houvesse renovação dos ministros. Ele citou os casos da união homoafetiva e das pesquisas com células-tronco.

— A renovação dos quadros é fundamental para a renovação da interpretação do Direito com base nos anseios da sociedade — afirmou.

A presidente em exercício da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Daniela de Moraes do Monte Varandas, disse que o aumento para 75 anos da aposentadoria compulsória não atende o interesse público.



Paulo Luiz Schmidt fala a senadores que apenas 15% dos juízes se aposentaram compulsoriamente

— É preciso a renovação das ideias — disse Daniela.

José Pimentel, que requereu com Pedro Taques (PDT-MT) a audiência pública, disse que

as exposições dos especialistas foram valiosas para basear o trabalho dos senadores no exame das diversas propostas que tratam do tema, como a

PEC 6/2008, de Pedro Simon (PMDB-RS), que amplia para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos ministros do STF.

## Paim pede solução para aposentados do Aerus

Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo em Plenário ontem para que o governo federal envie um representante para negociar com os aposentados e pensionistas do Aerus, no Rio de Janeiro. Desde quinta-feira, um grupo de idosos, ex-funcionários da Varig e da Transbrasil, está acampado na sede do Aerus, o fundo de pensão das companhias aéreas. Eles protestam



Waldemir Barreto/Agência Senado

contra a redução das aposentadorias que deveriam receber do fundo.

Os manifestantes, informou o senador, dizem que não sairão da sede do instituto até que o governo federal envie um representante para discutir uma solução para o impasse. O grupo culpa o governo pela falta de fiscalização nos contratos e investimentos do Aerus, que acabaram provocando a

falência do fundo de previdência e deixando sem benefícios cerca de 10 mil trabalhadores que contribuíam mensalmente para a aposentadoria.

Os aposentados e pensionistas deveriam receber o benefício integral — entre R\$ 7 mil e R\$ 10 mil —, mas estão sobrevivendo apenas com um salário mínimo ou menos.

O parlamentar acrescentou que o grupo de manifestantes entrou com ação civil pública contra a União.

## Senador cobra redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais

Em pronunciamento ontem, Paulo Paim (PT-RS) defendeu a Proposta de Emenda à Constituição 231/1995, que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário, e aumenta para 75% a remuneração de serviço extraordinário. A proposta aguarda votação no Plenário da Câmara, onde foi relatada pelo deputado Vicentinho (PT-SP).

A proposta foi apresentada por Paulo Paim e por Inácio

Arruda (PCdoB-CE), à época em que os dois atuais senadores exerciam mandatos de deputado federal.

— A redução da jornada é uma antiga bandeira de luta e poderá criar 3 milhões de novos empregos — disse.

Paim disse que a redução da jornada sem diminuição do salário já é uma realidade no país, citando exemplos obtidos por sindicatos de trabalhadores no Rio Grande do Sul.



Paulo Paim (C) preside audiência pública com representantes dos estudantes universitários africanos em Brasília

## Brasil deve ver crescimento da África, alerta professor

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre o renascimento africano, convidados apontaram crescente presença de países asiáticos e oportunidades de parceria do Brasil com africanos

O BRASIL DEVE dirigir um novo olhar ao continente africano, focado não apenas nas tradições comuns dos povos, mas também no potencial econômico das nações que se encontram na vasta extensão de terra do outro lado do Atlântico Sul. A recomendação foi feita ontem pelo coordenador do Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília (UnB), Ivair Augusto Alves dos Santos, em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Durante a audiência, presidida por Paulo Paim (PT-RS) e convocada para debater o tema “Renascimento africano: o olhar da juventude africana”, Santos observou que, dos dez países que mais crescem no mundo atualmente, sete estão na África. Na opinião dele, é

importante que as universidades brasileiras estimulem os estudantes africanos que se encontram no Brasil a mostrar aos colegas brasileiros os progressos obtidos nos últimos anos por seus países. A divulgação dessa nova visão da África, a seu ver, ajudará ainda a colocar em prática a Lei 10.639/1996, que estabelece a divulgação da história africana nas escolas de ensino fundamental e médio.

— Nas conversas com estudantes africanos, percebemos a necessidade de incluir aspectos contemporâneos no ensino da história da África — afirmou Santos.

Logo em seguida, o presidente da União dos Estudantes Africanos de Brasília, Alberto André Carvalho Francisco, lembrou que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer,

em 1975, a independência de Angola, seu país natal. Mestre em Relações Internacionais pela UnB, ele demonstrou otimismo em relação ao desenvolvimento de Angola, cujo crescimento deve ser superior a 10% até 2015, segundo previsões do Fundo Monetário Internacional. Mas também ressaltou a preocupação com a crescente presença de países asiáticos na África.

— Hoje, o meu maior medo é que o Brasil esteja a perder peso dentro de Angola e da África para os tigres asiáticos. — afirmou.

Ao final do debate, Paulo Paim anunciou a elaboração de um documento com as principais reivindicações dos estudantes africanos no Brasil, como a garantia de bolsa de estudos a estudantes que não podem trabalhar.

## Debate valoriza recursos naturais da América do Sul

Participantes da audiência pública feita ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) destacaram a abundância de recursos naturais da América do Sul e defenderam uma política continental que aproveite melhor as fontes e traga um maior desenvolvimento regional.

A assessora da Secretaria-Geral da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Monica Bruckmann, apresentou dados que revelam que os Estados Unidos, assim como outros países, têm grande dependência econômica de minerais estratégicos que são importados, principalmente, da China e da América do Sul. Ela ressaltou a importância de minérios como o nítio, presente no Brasil, e o lítio, encontrado principalmente na Bolívia, Argentina e Chile, para a indústria automobilística, aeronáutica e naval.

Segundo a representante da Unasul, para que a região desenvolva um projeto de industrialização dos recursos minerais, é necessária uma



Lindbergh (3º à esq.) coordena audiência com Monica, Pinheiro Guimarães e Assis

grande integração. Ela disse que a América do Sul tem posição privilegiada sobre reserva de minerais fósseis, sobretudo petróleo e gás, tendo um grande potencial de produção de energia.

O presidente do Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul (Intersul), José Carlos de Assis, afirmou que a integração sul-americana é imperativa para a proteção do sistema produtivo do continente, mas ressaltou que sem infraestrutura de transporte não existe transformação de minérios em produtos industrializados.

O ex-secretário-geral do Ministério das Relações

Exteriores Samuel Pinheiro Guimarães Neto afirmou que ter uma política comum da América do Sul em relação ao aproveitamento de recursos minerais e energéticos é algo extremamente difícil.

Pinheiro Guimarães apontou ainda a necessidade de estímulo do Estado brasileiro à formação de geólogos, já que o conhecimento acerca dos recursos naturais do país depende desses profissionais.

— O conhecimento dos recursos naturais do país é absolutamente essencial. Terá o Brasil reservas de lítio ou não? Ninguém sabe porque aqui não há um mapeamento geológico — disse o diplomata.

## Suplicy lamenta morte de garoto boliviano em São Paulo

Eduardo Suplicy (PT-SP), expressou pesar pela morte do menino boliviano Brayan Yanarico Capcha, de 5 anos, em assalto a residência na Zona Leste de São Paulo. Ele pediu reflexão sobre a violência que atinge o Brasil. O senador, que compareceu ao velório do menino, afirmou compromisso de lutar pelos direitos dos imigrantes bolivianos.

— Por falta de alternativas de trabalho e sobrevivência adequados em seu próprio país, muitas vezes vêm buscar sua sorte e melhores possibilidades de trabalho em São Paulo. São milhares de bolivianos — disse.

Suplicy transmitiu solidariedade aos pais de Brayan e citou a mensagem da

ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, que pediu desculpas, em nome do governo e do povo brasileiro, pela tragédia.

Para o senador, é preciso ampliar o direito de circulação de pessoas entre os países das Américas, “com condições sociais adequadas”, salientando a condição de ilegalidade da maioria dos imigrantes bolivianos. A família de Brayan, no entanto, estava legalmente no Brasil.



Suplicy afirma compromisso de lutar pelos direitos dos imigrantes

## Jucá comemora projeto para ressarcimento de pecuaristas

Romero Jucá (PMDB-RR) comunicou ao Plenário a aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do Projeto de Lei do Senado (PLS) 226/2011, que prioriza o ressarcimento dos pecuaristas que venderem animais para frigoríficos que declararem falência.

A proposta, de Acir Gurgacz (PDT-RO), foi relatada por Jucá na CCJ, onde foi aprovada em decisão final, ou seja, segue diretamente para o exame da Câmara dos Deputados sem precisar passar pelo Plenário do Senado. O senador pediu aos deputados celeridade na votação.

Jucá também informou sobre assinatura de convênio para implantação do primeiro projeto de irrigação na Região

Norte, na capital de Roraima, Boa Vista. A iniciativa, que receberá R\$ 40 milhões na primeira etapa, irá melhorar a produção do estado, favorecendo ainda outras cidades, como Manaus.

O senador disse que o projeto consta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele agradeceu ao ministro da Integração Regional, Fernando Bezerra, e parabenizou o governador de Roraima, José de Anchieta.



Senador também destaca primeiro projeto de irrigação em Boa Vista

## Inácio saúda nova reitora da Universidade do Cariri

Em discurso no Plenário ontem, Inácio Arruda (PCdoB-CE) informou que a professora Suely Salgueiro Chacon foi escolhida para comandar a Universidade Federal do Cariri (UFCA), que está sendo implantada na cidade de Juazeiro do Norte (CE).

Suely Chacon tem mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Inácio Arruda disse que é significativa essa indicação, porque Suely foi escolhida em lista triplíce.

De acordo com Inácio Arruda, a nova universidade alcança parte significativa do Nordeste, já que pode atender áreas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Serão

investidos cerca de R\$ 200 milhões para a instalação da universidade. Enfermagem, Farmácia, Engenharia e Medicina estão entre os cursos oferecidos.

O senador ainda defendeu a implantação do curso de Arqueologia, por conta do potencial arqueológico do Ceará. Ele disse que vai levar de dois a três anos para a universidade funcionar por completo — o que vai demandar a contratação de quase 200 professores e mais 500 funcionários.



Inácio parabeniza futura reitora da Universidade Federal do Cariri